

Boletim de Conjuntura Econômica: divulgação de análises

Boletim 90, Dezembro, 2025

Marina Silva da Cunha

mscunha@uem.br

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de Mercado de Trabalho do projeto de extensão “Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises”.

Integrantes do subgrupo

Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participantes da equipe de Mercado de Trabalho do projeto de extensão “Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises”.

Everton de Oliveira Pinto

ra140970@uem.br

José Octavio Tomás Pereira Estevão

ra139604@uem.br

Gabriel Barros Cunha

ra138477@uem.br

Larissa Paula Stachio

pg55402@uem.br

Maria Rita de Abreu

ra130535@uem.br

Miguel Machado Garcia

ra115942@uem.br



Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Correspondência/contato
Av. Colombo, 5.790. Bloco C-34 – Sala 11
Jd. Universitário – Maringá, Paraná, Brasil
CEP 87020-900

MERCADO DE TRABALHO

Análises do segundo e terceiro trimestre de 2025

RESUMO: O mercado de trabalho brasileiro conseguiu ampliar o emprego e reduzir a desocupação no segundo e no terceiro trimestres de 2025, em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho ocorreu paralelamente a um aumento do rendimento médio e redução da informalidade, que ainda está em um patamar elevado. Destaca-se a redução da desigualdade de gênero nos rendimentos no período.

Palavras-chave: Oferta de trabalho, Emprego, Desemprego, Rendimentos.

ABSTRACT: The Brazilian labor market managed to increase employment and reduce unemployment in the second and third quarters of 2025, compared to the same period in 2024. This performance occurred alongside an increase in average income and a reduction in informality, which remains at a high level. This highlights the reduction in income inequality between genders during this period.

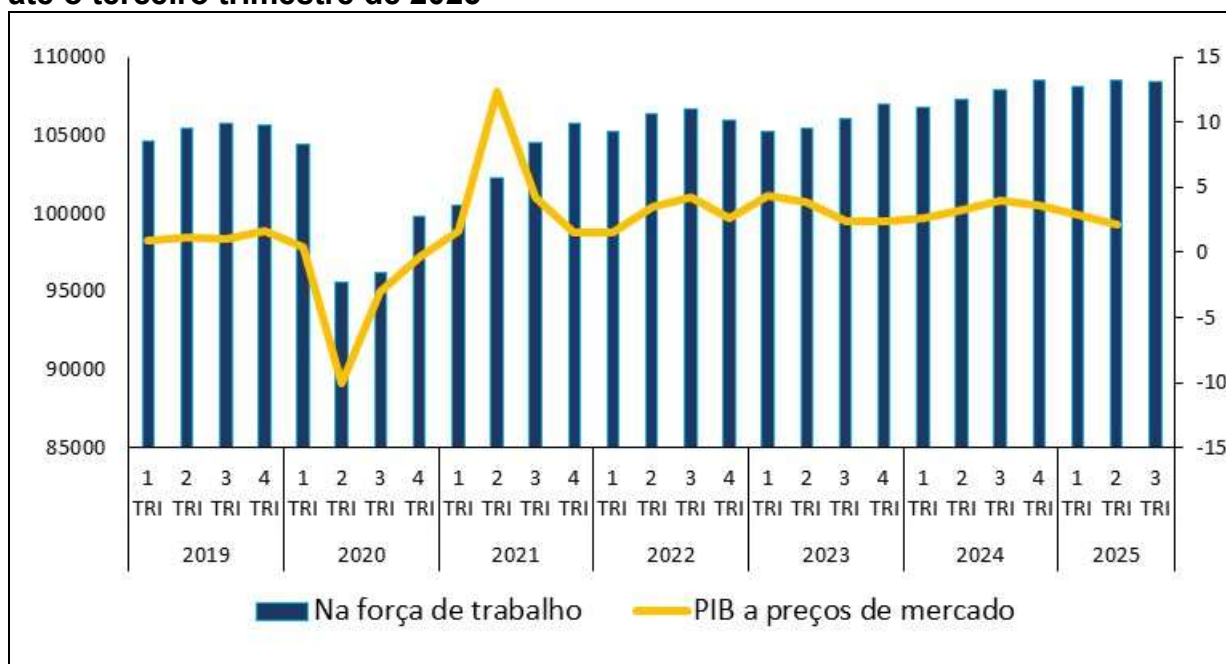
Keywords: Labor supply, Employment, Unemployment, Earnings

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção do Boletim de Conjuntura Econômica, realiza-se uma análise do mercado de trabalho brasileiro referente ao segundo e terceiro trimestres de 2025, comparando-os com os mesmos períodos do ano anterior. Na análise foram utilizados dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), com o objetivo de examinar a evolução recente dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro.

Com isso, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro, nos trimestres analisados, mantém a tendência de crescimento verificada nos trimestres anteriores, mantendo o padrão verificado ao longo de 2023 e 2024, conforme ilustrado na Figura 1. Na comparação entre o segundo trimestre de 2024 e o de 2025, verifica-se aumento no número de pessoas que compõe a População Economicamente Ativa (PEA), que são os indivíduos inseridos na força de trabalho, passando de 107.272 milhões para 108.569 milhões de pessoas. Movimento semelhante é observado ao se comparar o terceiro trimestre de 2025 com o terceiro trimestre de 2024, quando a PEA se elevou de 107.912 milhões para 108.478 milhões de indivíduos, que inclui tanto os empregados quanto os desocupados.

Figura 1 – População Economicamente Ativa e variação do PIB brasileiro, 2019 até o terceiro trimestre de 2025

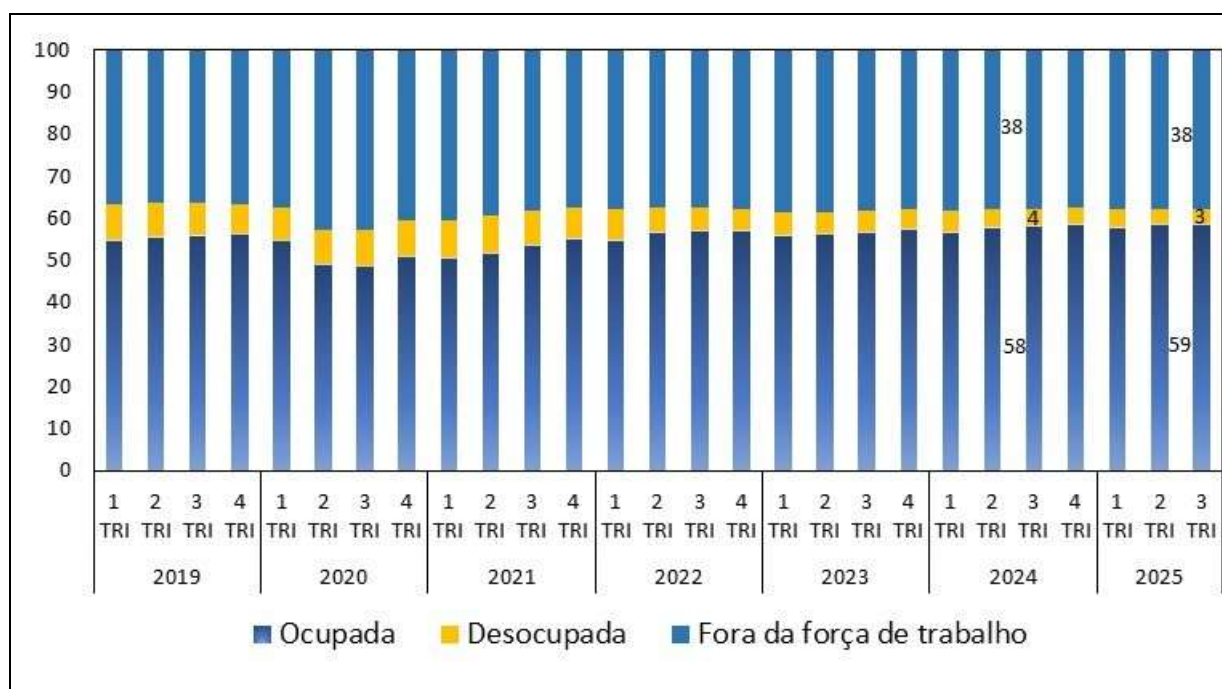


Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

Esse desempenho reflete o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, em que também se observa uma trajetória de crescimento que se mostra superior às expectativas de mercado para o período analisado, especialmente em razão do desempenho de determinados setores produtivos. O crescimento ocorreu impulsionado principalmente pelos setores da agropecuária, indústria e serviço (Agência IBGE, 2025).

No que se refere à População em Idade Ativa (PIA), que abrange pessoas ocupadas, desocupadas e fora da força de trabalho, a Figura 2 evidencia uma redução na proporção de desocupados, que passou de 4,3% no segundo trimestre de 2024 para 3,6% no mesmo período de 2025. Tendência semelhante é observada na comparação entre o terceiro trimestre, com a taxa de desocupação recuando de 4,0% em 2024 para 3,5% em 2025. Quanto à população fora da força de trabalho, verifica-se que manteve uma média de 38% tanto em 2024 quanto em 2025. Em contrapartida, a proporção de pessoas ocupadas apresentou crescimento nos períodos analisados, passando de 57,8% para 58,8% na comparação entre o segundo trimestre de 2024 e 2025, e de 58,4% para 58,7% no terceiro trimestre de 2024 e 2025.

Figura 2 – Composição da População em Idade ativa no Brasil, 2019 até o primeiro trimestre de 2025



Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

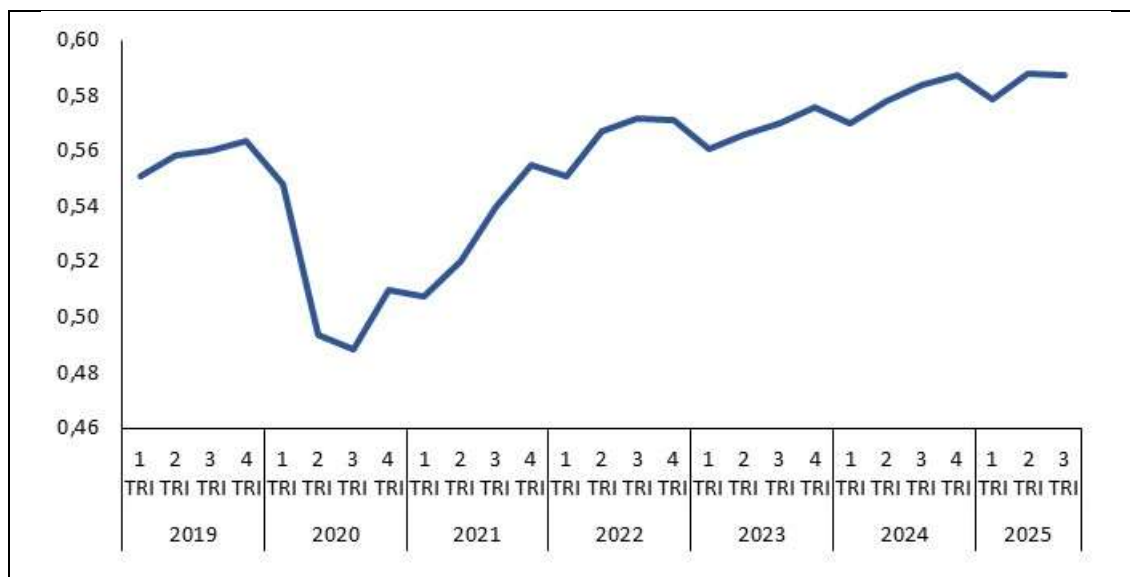
Diante dos indicadores apresentados, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro mantém trajetória de aquecimento, evidenciado na recuperação observada

no período pós-pandêmico. Na sequência, o Boletim amplia a análise para os principais indicadores domésticos, incluindo população ocupada, rendimentos, níveis de informalidade, emprego formal, desemprego e subutilização da força de trabalho. Por fim, são apresentadas considerações finais com o objetivo de sintetizar e destacar os aspectos mais relevantes identificados ao longo da análise conjuntural.

2 POPULAÇÃO OCUPADA

Sobre a população ocupada, a análise tem início pela taxa de emprego, por se tratar de um indicador mais objetivo da capacidade da atividade econômica em gerar postos de trabalho, que corresponde à razão entre a população ocupada ou empregada e a população em idade ativa (Borjas, 2012). Conforme apresentado na Figura 3, observa-se a continuidade da trajetória de recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia. Ao longo de 2025, verificou-se elevação da taxa de emprego, que se manteve, em média, em 59%, o que sugere a manutenção do nível de ocupação observado no período recente.

Figura 3 – Taxa de emprego no Brasil, 2019 até o terceiro trimestre de 2025

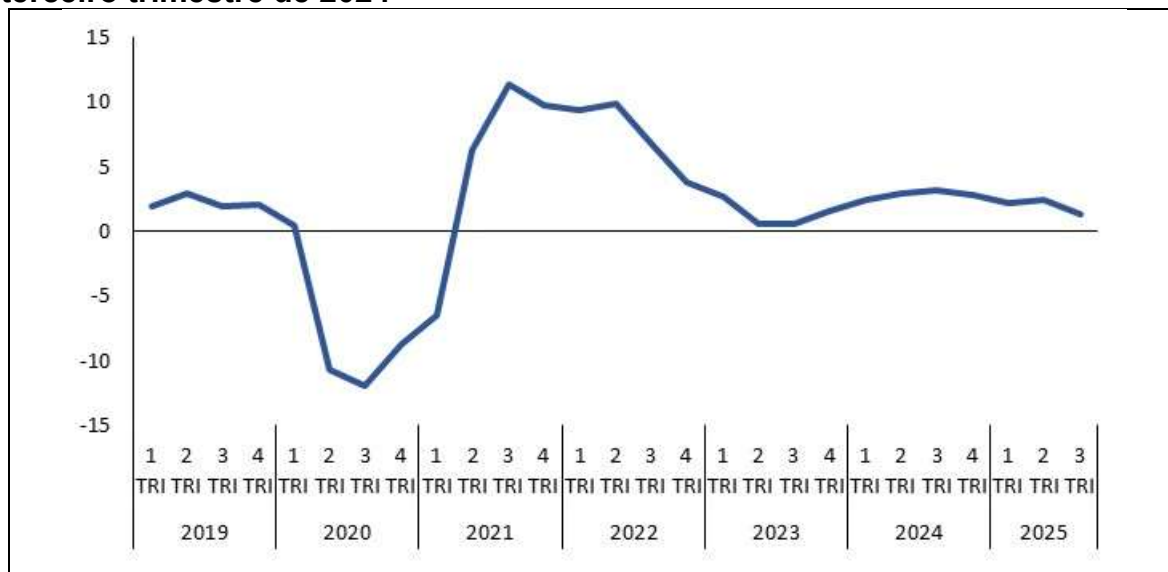


Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

Na Figura 4, observa-se, por meio da taxa de crescimento da população ocupada, uma tendência de crescimento relativamente estável ao longo de 2025. Em termos absolutos, a população ocupada aumentou de 99.883 milhões para 102.316 milhões de pessoas ao comparar os segundos trimestres de 2024 e 2025. Em relação ao terceiro trimestre de 2024 e 2025, o aumento foi de 101.058 milhões para 102.433

milhões de pessoas ocupadas. A análise setorial indica que os setores do comércio, agropecuário, de serviços e a Administração Pública foram responsáveis pelo crescimento das contratações, enquanto setores como serviços domésticos apresentaram retração nas admissões, que não foram suficientes para reverter a expansão da população ocupada (Agência IBGE, 2026; Brasil, 2026; CNA Brasil, 2026).

Figura 4 – Taxa de crescimento da população ocupada no Brasil, 2019 até o terceiro trimestre de 2024



Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

No que se refere à composição da população ocupada no Brasil, a Tabela 1 apresenta a variação entre o segundo e terceiro trimestre de 2024 e 2025, evidenciando tendências segundo sexo e faixa etária, escolaridade e raça. Em relação ao sexo, observa-se que não houve variação relativa ao terceiro trimestre, tanto para homens quanto para mulheres. Já no segundo trimestre, verifica-se a redução na participação dos homens na população ocupada, com variações de -0,68%. Em contrapartida, a participação das mulheres apresentou crescimento, com variações positivas de 0,89%.

No que diz respeito à idade, os dados indicam aumento da participação das faixas etárias mais elevadas. O grupo de 40 a 59 anos registrou variações positivas de 0,92% e 1,64% nos períodos analisados, enquanto a população com 60 anos ou mais apresentou crescimento ainda mais expressivo, de 5,88% e 7,19%, respectivamente. Por outro lado, as faixas etárias mais jovens apresentaram retração na participação na população ocupada.

Entre 14 e 17 anos, as variações foram de -6,86% e -5,87%, entre 18 e 24 anos, de -0,80% e -3,18%, e entre 25 e 39 anos, de -1,69% e -1,96%, considerando,

respectivamente, as comparações entre o segundo e terceiro trimestre de 2024/2025. Esses resultados indicam uma redução relativa da inserção dos grupos mais jovens no mercado de trabalho, em contraste com o crescimento observado entre os trabalhadores de maior idade.

Tabela 1 – Composição da população ocupada, segundo o sexo, idade, escolaridade e raça, Brasil, 2023 e 2024

VARIÁVEL	2024		2025		Variação (24/25) %	
	2º TRI	3º TRI	2º TRI	3º TRI	2º TRI	3º TRI
SEXO						
Homem	56,8	56,6	56,4	56,6	-0,7	0,0
Mulher	43,2	43,4	43,6	43,4	0,9	0,0
IDADE						
14 até 17 anos	1,4	1,5	1,3	1,3	-6,9	-5,9
18 até 24 anos	13,0	12,9	12,9	12,5	-0,8	-3,2
25 até 39 anos	37,6	37,2	37,0	36,9	-1,7	-2,0
40 até 59 anos	40,0	40,3	40,4	40,7	0,9	1,6
60 anos ou mais	8,0	8,2	8,4	8,5	5,9	7,2
EDUCAÇÃO						
Sem instrução ou < 1 ano	2,0	2,0	1,7	1,6	-12,9	-17,2
Ensino Fundamental incompleto	17,4	17,5	16,4	16,5	-6,1	-5,3
Ensino Fundamental completo	6,9	6,8	6,5	6,5	-5,5	-6,0
Ensino Médio incompleto	6,8	6,9	6,5	6,6	-3,8	-2,5
Ensino Médio completo	36,9	37,1	37,7	37,6	2,2	1,9
Ensino Superior incompleto	6,4	6,3	6,6	6,5	2,3	0,8
Ensino Superior completo	23,6	23,5	24,6	24,7	4,2	4,7
COR OU RAÇA						
Branca	43,6	43,3	43,5	43,4	-0,4	-0,6
Preta	11,4	11,6	11,5	11,6	1,5	2,2
Parda	43,9	44,0	43,9	43,9	0,0	0,1
Demais	1,1	1,1	1,1	1,1	-2,6	-1,6

Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

No que se refere ao nível de escolaridade, a Tabela 1 indica variações positivas na participação da população ocupada entre indivíduos com ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo em ambos os períodos analisados, evidenciando a relevância da escolaridade para a inserção no mercado de trabalho. Para aqueles com ensino médio completo, a variação foi de 2,18% na comparação entre o segundo trimestre de 2024/2025, e de 1,86% entre o terceiro trimestre de 2024/2025.

Entre os indivíduos com ensino superior incompleto, a variação foi de 2,32% na comparação entre o segundo trimestre de 2024/2025, e de 0,76% entre o terceiro

trimestre de 2024/2025. Para o ensino superior completo, as variações foram as mais consideráveis, de 4,20% e 4,68%, respectivamente. Em contrapartida, os demais níveis de instrução apresentaram variações negativas, com maior intensidade entre aqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o que reforça a associação entre baixa escolaridade e maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Quanto à raça/cor, a Tabela 1 revela redução na participação de pessoas brancas e da categoria demais raças na população ocupada, com variações de -0,37% e -0,62% para pessoas brancas, e de -2,56% e -1,60% para as demais categorias, nos períodos comparativos analisados.

Por outro lado, pessoas pretas e pardas apresentaram variações positivas na ocupação. Para pessoas pretas, as variações foram de 1,496% e 2,21%, enquanto para pessoas pardas foram de 0,04% e 0,08%, respectivamente. Esses resultados podem estar associados, em parte, aos efeitos de políticas de inclusão e ações afirmativas, que vêm ampliando o acesso a oportunidades educacionais e ocupacionais.

De forma geral, os dados apresentados nas Figuras 3 e 4 e na Tabela 1 indicam um cenário de aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, com tendência de crescimento e recorde no número de pessoas ocupadas na série histórica da PNAD Contínua. Observa-se a criação de novos postos de trabalho e a redução da taxa de desocupação, tema aprofundado na Seção 7, além de avanços importantes para determinados grupos demográficos, como mulheres, indivíduos com maior nível de escolaridade e pessoas pretas e pardas, ainda que persistam desigualdades estruturais entre segmentos da população.

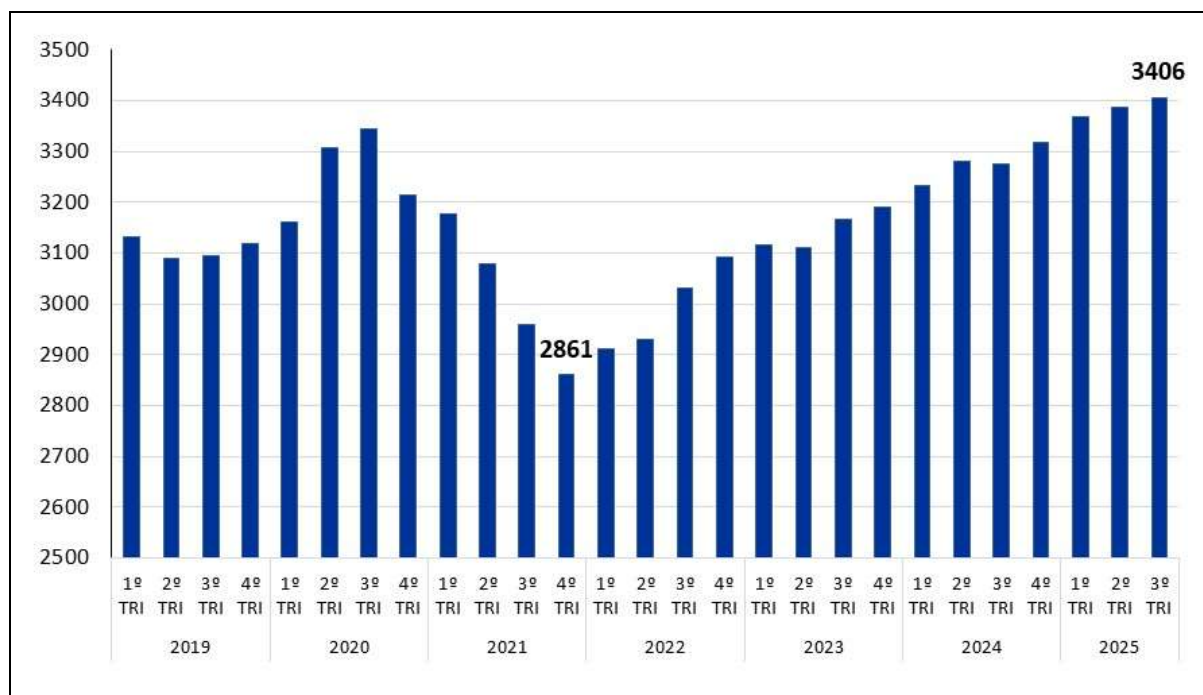
3 RENDIMENTOS

Analisando os rendimentos no mercado de trabalho, nota-se uma trajetória quase linear de crescimento iniciada em 2023. Conforme Figura 5, pode-se perceber que o recorde dos últimos anos foi alcançado no terceiro trimestre de 2025, quando o valor de R\$ 3406 foi alcançado. O pico registrado durante 2025 pode ter como explicação o aumento da formalização e a política de valorização do salário mínimo.

O crescimento anterior, durante a pandemia pode ser entendido pela saída de trabalhadores menos qualificados e com menores rendimentos do mercado de trabalho, ocasionando um aumento da média dos rendimentos. O crescimento

posterior, em 2021, tem como fator a volta desses trabalhadores ao mercado de trabalho.

Figura 5 – Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, Brasil, 2019 até 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Ao analisarmos a Tabela 2, temos os dados de rendimento por sexo, idade, educação e raça, em que podemos notar algumas desigualdades. Os homens continuam auferindo um retorno superior ao das mulheres, porém os ganhos femininos aumentaram mais no 2º e 3º semestre de 2025, ajudando a diminuir essa persistente desigualdade.

Considerando as faixas etárias, verifica-se que os maiores aumentos foram localizados na faixa entre 40 e 59 anos e entre 25 e 39 anos. Tais faixas costumam concentrar a maior parte dos trabalhadores formalizados, dessa maneira uma política de valorização do salário mínimo alinhada a um mercado de trabalho aquecido pode ser a maior explicação para tal fato.

Por sua vez, com relação a raça/cor, os brancos ainda mantêm os maiores rendimentos do que pretos e pardos. Ademais, ao se observar as taxas de variação, tanto do segundo quanto do terceiro trimestres, não parece estar ocorrendo uma

mudança nesse cenário, uma vez que as variações acabam por manter, ou até aprofundar as desigualdades desse quadro atual.

Tabela 2 – Rendimento médio mensal real segundo o sexo, a faixa etária, a escolaridade e a raça ou cor da pele, Brasil, 2024-2025 (R\$)

VARIÁVEL	2024		2025		VARIACÃO (%)	
	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI
SEXO						
Homem	3.612	3.620	3.727	3.735	3,2	3,2
Mulher	2.842	2.820	2.944	2.973	3,6	5,4
IDADE						
14 até 17 anos	972	1.006	997	976	2,6	-3,0
18 até 24 anos	1.849	1.868	1.916	1.873	3,6	0,3
25 até 39 anos	3.241	3.257	3.401	3.372	4,9	3,5
40 até 59 anos	3.721	3.701	3.841	3.875	3,2	4,7
60 anos ou mais	3.939	3.806	3.722	3.786	-5,5	-0,5
EDUCAÇÃO						
Sem instrução ou < 1 ano	1.560	1.654	1.672	1.608	7,2	-2,8
Ensino Fundamental incompleto	1.815	1.811	1.882	1.874	3,7	3,5
Ensino Fundamental completo	2.115	2.146	2.149	2.168	1,6	1,0
Ensino Médio incompleto	1.930	1.928	2.052	2.054	6,3	6,5
Ensino Médio completo	2.464	2.476	2.523	2.553	2,4	3,1
Ensino Superior incompleto	3.062	3.097	3.065	3.087	0,1	-0,3
Ensino Superior completo	6.519	6.486	6.561	6.568	0,6	1,3
COR OU RAÇA						
Branca	4.217	4.197	4.342	4.386	3,0	4,5
Preta	2.482	2.514	2.557	2.526	3,0	0,5
Parda	2.534	2.545	2.634	2.642	3,9	3,8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Para fins de análise, a economia brasileira foi segmentada entre os três principais setores, conforme observado na Figura 6, em que aparecem os rendimentos na Agricultura, Indústria e Serviços. Por sua vez, na Figura 7, pode ser observada a composição do emprego segundo esses setores da atividade econômica.

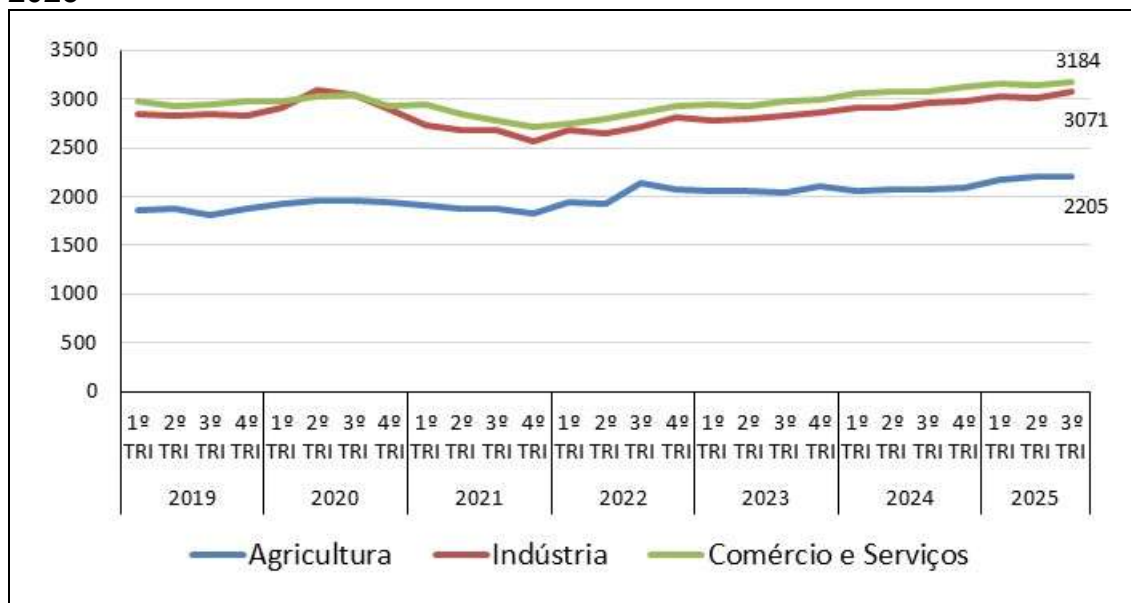
Destaca-se a maneira que Comércio e Serviços conseguiram, desde 2021, assumir a liderança com maior rendimento, em que remunera ligeiramente um pouco melhor do que o setor industrial. Assim, no terceiro trimestre de 2025 enquanto o rendimento médio do setor de Comércio e Serviços, igual a R\$ 3.184,00, na Indústria e na Agricultura, o rendimento médio é igual a R\$ 3.041,00 e R\$ 2.205,00, respectivamente.

Apesar do crescimento de produtividade apresentado ao longo dos últimos anos e o aumento da massa salarial, o setor da Agricultura ainda tem grande caminho para

percorrer para alcançar os rendimentos dos Serviços e da Indústria, sendo, aproximadamente 30% menor que os outros dois setores.

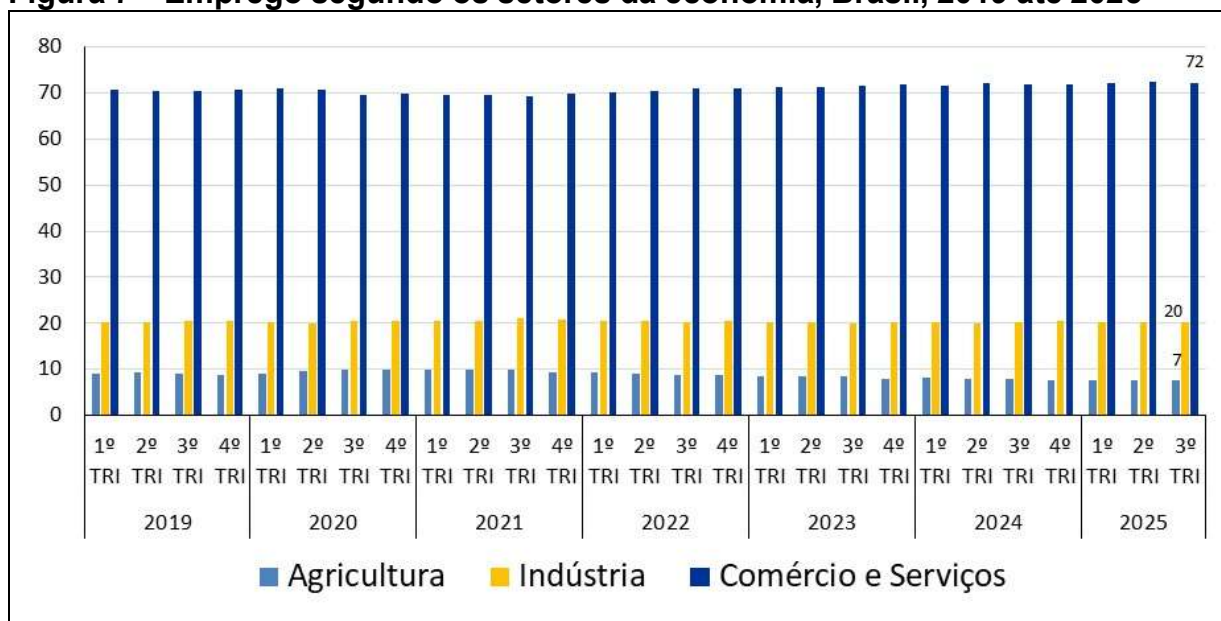
Ademais, na Figura 7, verifica-se que o setor de Comércio e Serviços tem a maior proporção da população ocupada, com 72%, seguido pela Indústria (20%) e, por fim, pela Agricultura (7%).

Figura 6 – Rendimentos segundo os setores da economia, Brasil, 2019 até 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Figura 7 – Emprego segundo os setores da economia, Brasil, 2019 até 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Portanto, as informações sobre os rendimentos sugerem que paralelamente ao aumento da população ocupada, os rendimentos têm apresentado uma tendência positiva, o que pode se refletir no crescimento da economia, com aumento da demanda.

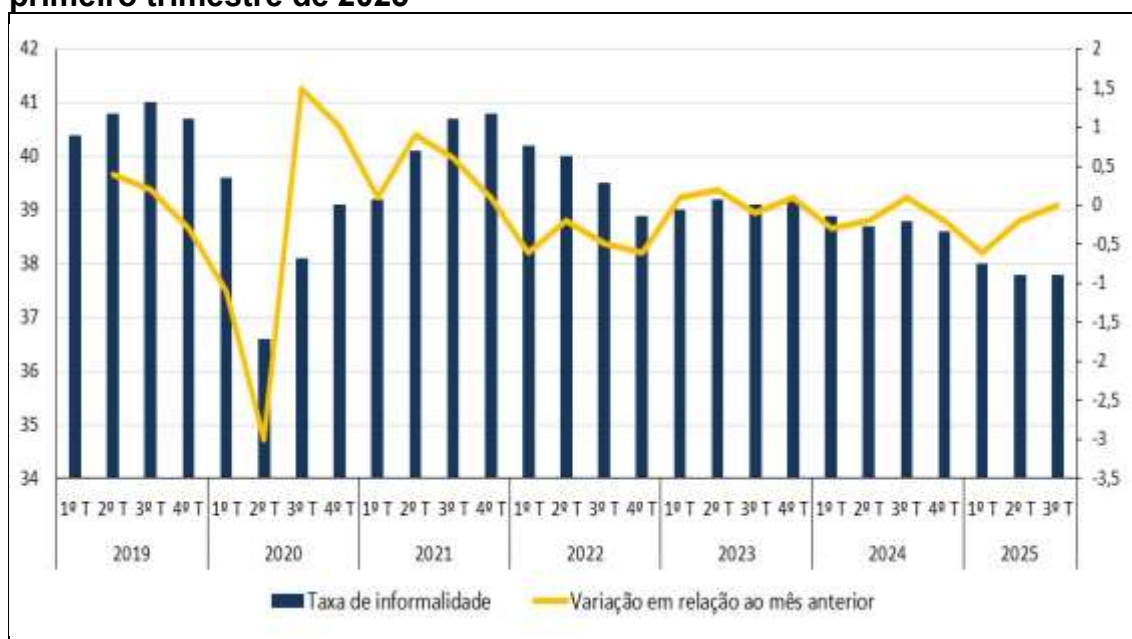
5 INFORMALIDADE

A informalidade é conceituada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como o conjunto de pessoas ocupadas como empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos), trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores sem CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares no trabalho principal.

A Figura 8 apresenta a população ocupada em território nacional segundo a taxa de informalidade. Durante a crise sanitária da Covid-19, ocorreu um aumento na informalidade, que pode ser explicado pelo crescente no número de trabalhadores de aplicativos, atuando com entregas, entre outros serviços (GOMES, 2020).

Entretanto, com a superação da crise e a estabilização do mercado de trabalho no Brasil, a informalidade sofreu quedas consideráveis, o que pode ser observado pelo valor negativo na taxa de variação em relação ao trimestre anterior, como exposto no ano de 2022, quando alcançou aproximadamente menos um ponto percentual. A partir do primeiro trimestre de 2023, a informalidade nacional ficou mais estável. Comparando os últimos semestres de 2025, o índice situou-se em torno de 37,8%.

Figura 8 – População ocupada e taxa de informalidade, Brasil, 2019 até o primeiro trimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Ao observar a composição da informalidade, como apresentado na Tabela 3, que detalha a taxa de informalidade segundo sexo, faixa etária, escolaridade e cor ou raça no Brasil em 2024 e 2025, pode-se observar algumas mudanças. As pessoas do sexo feminino apresentaram a maior queda no segundo e no terceiro trimestres, sendo a maior variação no terceiro trimestre, com uma redução de 3,5%.

Tabela 3 – Taxa de informalidade, segundo o sexo, a faixa etária, a escolaridade e a raça ou cor da pele, Brasil, 2024-2025

VARIÁVEL	2024		2025		VARIACÃO (%)	
	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI
SEXO						
Homem	40,1	40,2	39,3	39,4	-2,0	-2,0
Mulher	36,8	37,1	36	35,8	-2,2	-3,5
IDADE						
14 até 17 anos	72,7	73,5	73,5	72,4	1,1	-1,5
18 até 24 anos	41,5	41,6	40,1	39,6	-3,4	-4,8
25 até 39 anos	34,5	34,4	34	34	-1,4	-1,2
40 até 59 anos	37,5	37,7	36,2	36,3	-3,5	-3,7
60 anos ou mais	53,6	54,1	53,3	53,5	-0,6	-1,1
EDUCAÇÃO						
Sem instrução ou < 1 ano	71,1	70	70,3	71,5	-1,1	2,1
Ensino Fundamental incompleto	63,2	63,6	63,6	63,5	0,6	-0,2
Ensino Fundamental completo	53,5	52,8	51,5	52,8	-3,7	0,0
Ensino Médio incompleto	50,9	51,8	52,9	51,8	3,9	0,0
Ensino Médio completo	34,6	34,4	34,3	34	-0,9	-1,2
Ensino Superior incompleto	29	29,2	29,1	28,7	0,3	-1,7
Ensino Superior completo	19	19,3	18,7	19	-1,6	-1,6
COR OU RAÇA						
Branca	33,4	33,5	32,3	32,1	-3,3	-4,2
Preta	41,6	41,9	39,8	40,7	-4,3	-2,9
Parda	43,2	43,2	42,7	42,6	-1,2	-1,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Com relação à variável idade, na faixa entre 14 e 17 anos, houve um aumento no segundo trimestre de 2025 em relação ao ano anterior. Entretanto, no terceiro trimestre, a informalidade nesta faixa etária caiu, seguindo a tendência das demais idades.

A educação é a principal responsável pela entrada no mercado de trabalho e pela melhora das condições de vida (Sen, 1999). Dessa forma, quanto maior o nível de escolaridade, maiores foram as quedas na informalidade, em que o ensino superior completo sofreu quedas de 1,6% nos dois trimestres analisados. Em contrapartida, pessoas sem instrução apresentaram um aumento de 2,1%, e pessoas com o ensino médio incompleto tiveram o maior aumento, com 3,9% no segundo trimestre analisado e 0,0% no terceiro.

Por fim, com respeito à cor ou raça, nota-se queda em todos os grupos, em especial nas pessoas brancas, com quedas de 3,3% e 4,2% nos trimestres respectivos. As pessoas pretas também apresentaram propensão à queda, com o segundo trimestre registrando -4,3% e o terceiro trimestre, -2,9%.

6 EMPREGO FORMAL

A evolução do mercado formal de trabalho brasileiro, do primeiro trimestre de 2020 até o terceiro trimestre de 2025, pode ser observado na Figura 8, em que se destacam admissões, desligamentos e o saldo resultante. Observa-se um forte saldo negativo no início de 2020, quando os desligamentos superaram amplamente as admissões, refletindo os impactos imediatos da pandemia sobre o emprego.

Nos trimestres seguintes, há uma recuperação gradual, com as admissões voltando a crescer e ultrapassando os desligamentos. A partir de 2021, os saldos tornam-se predominantemente positivos, indicando expansão do emprego. Essa tendência de crescimento se mantém ao longo dos anos seguintes, com oscilações pontuais, mas sempre com admissões em patamar superior aos desligamentos.

Figura 8 – Evolução mensal dos empregos formais, Brasil, 2020 até 2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CAGED.

Com a exceção do quarto trimestre dos anos de 2022, 2023 e 2024, em que se observam saldos negativos. Esse cenário, geralmente, deve-se ao mês de dezembro que pontualmente tem demissões em patamares superiores às admissões. Segundo Garcia (2022) essa situação decore das dificuldades enfrentadas pela indústria em manter profissionais empregados nesse período. Além disso, as contratações temporárias, para atender o período do final de ano, encerram-se em dezembro.

Na Tabela 4 pode ser observada a comparação entre setembro de 2025 em relação a setembro de 2024, considerando grupamentos de atividade econômicas. Em geral, observa-se que todos os setores analisados registraram variações positivas tanto no estoque quanto nas admissões, embora as variações dos desligamentos superaram as admissões. De tal modo que para o total do Brasil, o estoque cresceu 2,9%, enquanto as admissões avançaram 4,9%. Já os desligamentos também apresentaram crescimento positivo, em uma taxa superior às admissões (7,6%), o que ajuda a explicar o saldo negativo geral de -15,6%.

Tabela 4. Variação do estoque, admissões, desligamentos, saldo dos vínculos do emprego formal, segundo setores da atividade econômica, de setembro de 2024 para setembro de 2025

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Δ% Setembro/2025 VS Setembro/2024			
	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldos
Brasil	2,9%	4,9%	7,6%	-15,6%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2,1%	4,6%	-0,7%	283,9%
Indústria geral	2,4%	1,9%	8,2%	-28,5%
Indústrias Extrativas	3,1%	3,3%	9,8%	-26,4%
Indústrias de Transformação	2,3%	1,1%	7,5%	-30,3%
Eletricidade e Gás	3,7%	7,6%	-9,8%	65,1%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	2,3%	22,4%	29,1%	-6,7%
Construção	3,2%	7,5%	4,6%	39,8%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2,9%	4,0%	6,6%	-22,1%
Serviços	3,2%	6,0%	9,5%	-18,0%
Transporte, armazenagem e correio	3,4%	6,6%	7,4%	1,0%
Alojamento e alimentação	3,6%	6,1%	4,9%	17,8%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3,3%	5,5%	8,1%	-14,8%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	2,6%	7,0%	19,7%	-47,1%
Serviços domésticos	18,9%	9,3%	18,2%	-30,0%
Outros serviços	4,1%	6,0%	10,4%	-17,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CAGED.

Entre os setores, o maior crescimento no estoque foi registrado em serviços domésticos, com 18,9%. Nas admissões, destacou-se o setor de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, com 22,4%, que também apresentou o maior percentual de desligamentos, 29,1%.

Quanto aos saldos, predominam resultados negativos, indicando que em muitos segmentos os desligamentos superaram as admissões. No entanto, alguns setores se destacaram positivamente, tais como: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (283,9%); Eletricidade e gás (65,1%); Construção (39,8%); Alojamento e alimentação (17,8%); e por último, Transporte, armazenagem e correio (1,0%).

Por outro lado, setores como administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais apresentaram forte saldo negativo (-47,1%), seguidos por indústrias de transformação (-30,3%), serviços domésticos (-30,0%) e indústria geral (-28,5%).

Na Tabela 5 pode ser observado um panorama do emprego formal no Brasil para o mês de setembro de 2025. Verifica-se um estoque de 48,9 milhões de vínculos. Contribuiu para esse resultado 2,29 milhões de admissões e 2,07 milhões de desligamentos, o que gerou um saldo positivo de 213 mil postos de trabalho.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social – Secom (2025), o saldo de empregos formais, em setembro, superou as expectativas dos especialistas que estimaram 175 mil empregos. Esses resultados revelaram um acréscimo de 213 mil, ou seja, 38 mil acima do estimado. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, esse resultado “não é novidade para o ritmo que a economia vem se comportando, apesar dos juros altos” (MARTELLO, 2025).

Esse resultado nacional, embora positivo, não se distribuiu de forma homogênea pelo território brasileiro. Para compreender melhor a dinâmica do mercado de trabalho, é necessário observar o comportamento das regiões e das Unidades da Federação, que revelam diferenças importantes em termos de estoque, admissões, desligamentos e saldos.

Portanto, foi possível observar algumas heterogeneidades regionais. Verifica-se que a região Sudeste concentrou o maior estoque (24,7 milhões) e o maior volume de admissões (1,16 milhão) e desligamentos (1,08 milhão), resultando em um saldo positivo de 80,6 mil vínculos. Com destaque para o estado de São Paulo que possui o maior estoque do país (14,8 milhões) e saldo positivo de 49 mil vínculos. Enquanto a região Sul apresentou saldo de 27,3 mil empregos, com destaque para o Paraná (12 mil) e Santa Catarina (11,3 mil).

Por sua vez, a região Nordeste registrou saldo de 72,3 mil vínculos, impulsionado por estados como: Pernambuco (15,6 mil), Alagoas (13,8 mil), Bahia e Ceará com 11,3 mil e 10,5 mil, respectivamente. Já a região Norte obteve saldo de 18,1 mil vínculos, com destaque para o Pará (9,7 mil) e Amazonas (3,7 mil). Por fim, a região

Centro-Oeste, por sua vez, apresentou saldo positivo de 14,5 mil vínculos, com destaque para o estado de Goiás (5,7 mil), Distrito Federal e Mato Grosso com 3,7 mil, cada.

Tabela 5 – Estoque, admissões, desligamentos e saldo dos vínculo de emprego formal, em setembro de 2025, Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Região e UFs	Setembro/2025			
	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldos
Brasil	48.912.343	2.292.492	2.079.490	213.002
Norte	2.489.460	115.700	97.549	18.151
Rondônia	306.474	15.140	13.969	1.171
Acre	116.194	4.568	3.723	845
Amazonas	572.990	26.617	22.881	3.736
Roraima	85.705	4.247	3.952	295
Pará	1.034.337	48.218	38.443	9.775
Amapá	102.866	4.444	3.709	735
Tocantins	270.894	12.466	10.872	1.594
Nordeste	8.278.723	348.856	276.509	72.347
Maranhão	688.846	25.141	21.871	3.270
Piauí	383.134	14.735	12.331	2.404
Ceará	1.459.899	62.868	52.307	10.561
Rio Grande do Norte	554.461	21.201	17.970	3.231
Paraíba	541.381	24.420	18.336	6.084
Pernambuco	1.578.523	69.114	53.512	15.602
Alagoas	477.528	27.742	13.859	13883
Sergipe	357.444	16.267	10.305	5962
Bahia	2.237.507	87.368	76.018	11.350
Sudeste	24.787.866	1.162.341	1.081.702	80.639
Minas Gerais	5.074.804	239.811	228.026	11.785
Espírito Santo	932.254	48.619	44.826	3.793
Rio de Janeiro	3.978.741	145.618	129.609	16.009
São Paulo	14.802.067	728.293	679.241	49.052
Sul	8.916.401	446.168	418.866	27.302
Paraná	3.340.203	171.918	159.872	12.046
Santa Catarina	2.663.690	145.020	133.654	11.366
Rio Grande do Sul	2.912.508	129.230	125.340	3.890
Centro-Oeste	4.406.061	219.206	204.637	14.569
Mato Grosso do Sul	701.093	34.776	33.397	1.379
Mato Grosso	1.002.197	56.798	53.061	3.737
Goiás	1.654.115	85.461	79.724	5.737
Distrito Federal	1.048.656	42.171	38.455	3.716
Não identificado	33.824	308	304	4

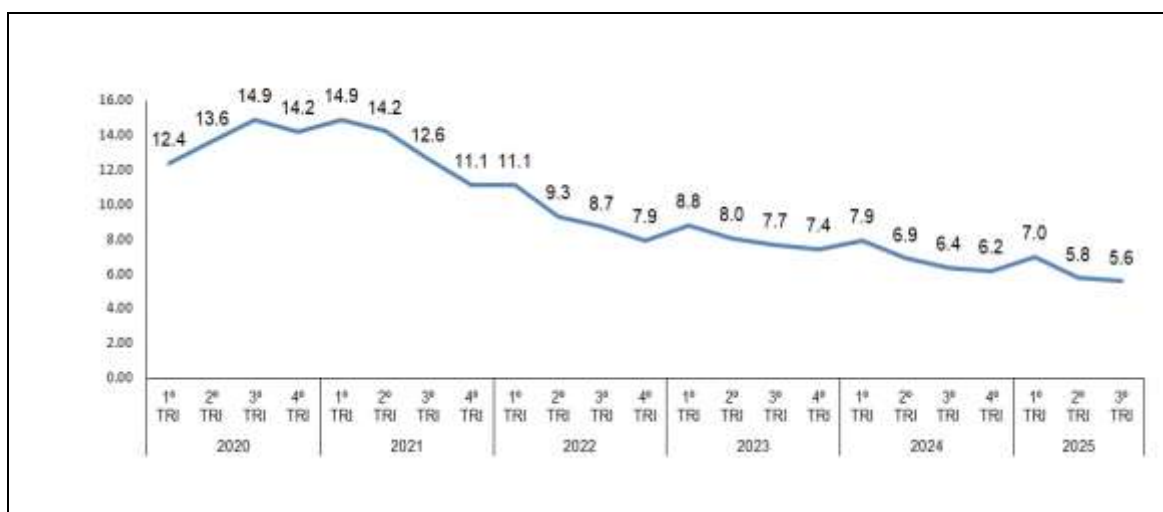
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CAGED.

7 DESEMPREGO E SUBUTILIZAÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro mantém a tendência observada desde 2024, caracterizada por uma desocupação relativamente baixa em comparação a períodos anteriores. Este resultado está associado ao aumento do número de pessoas ocupadas.

A taxa de desocupação nacional seguiu um comportamento de queda ao longo de 2025, indicando a resiliência do mercado. A taxa de desocupação nacional foi de 5,8% no 2º trimestre de 2025, representando uma queda em relação aos 7% registrados no 1º trimestre de 2025. Já no 3º trimestre o nível de desemprego atingiu 5,6%, reforçando a trajetória de baixa e o aquecimento no desempenho do mercado de trabalho, conforme apresentado na Figura 9.

Figura 9 – Evolução da taxa de desocupação, Brasil, 2020 - 2025



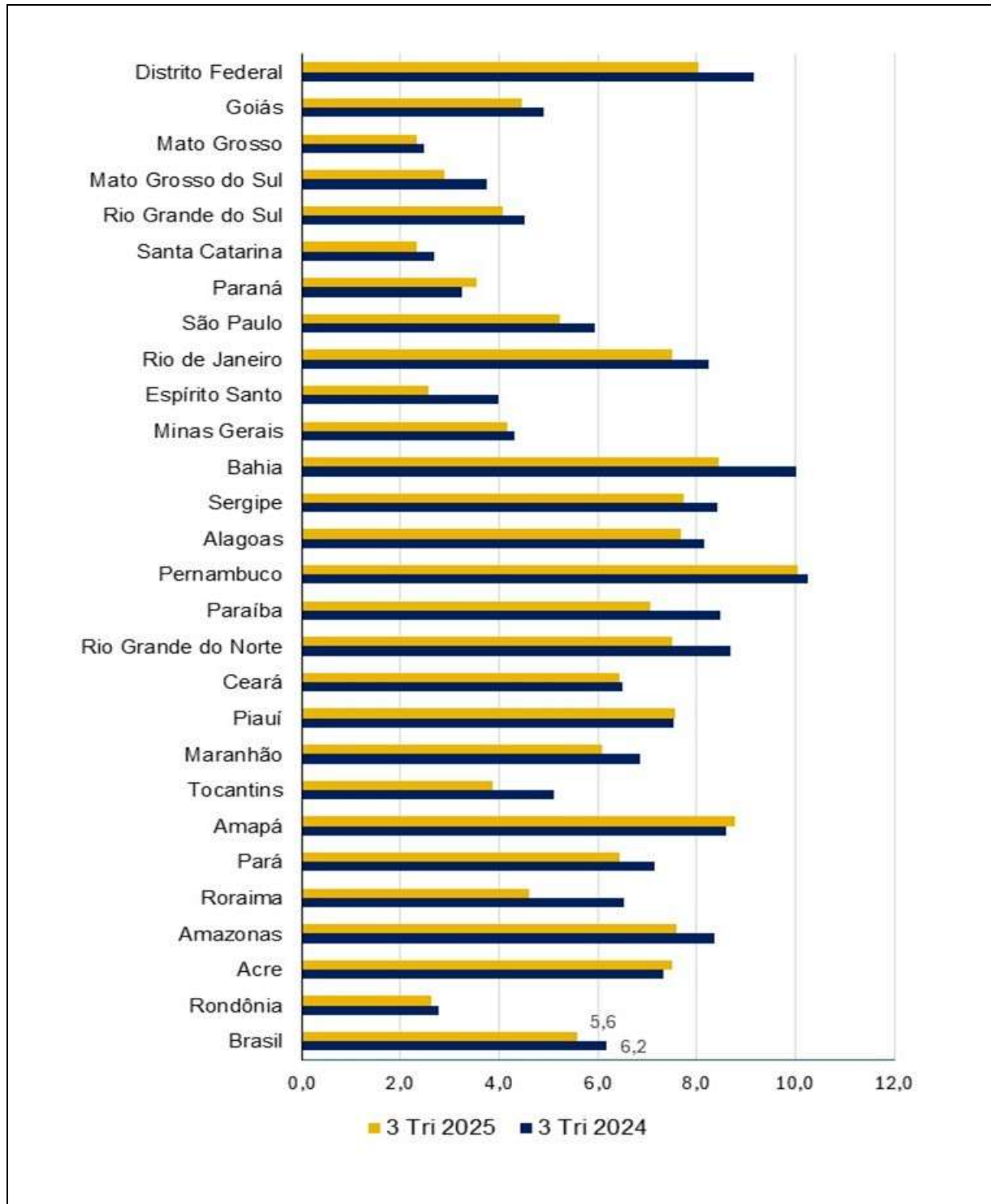
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Ao analisar as Unidades Federativas, observa-se que os estados com as maiores taxas de desemprego no 2º trimestre foram Pernambuco, com 10,4%, seguido por Bahia, com a taxa de desocupação em 9,1% e o Distrito Federal, com 8,7%. Quando comparado com o mesmo período de 2024, os três estados apresentaram uma queda no nível de desemprego. Já no 3º trimestre de 2025, o maior nível de desocupação permanece em Pernambuco, com 10,1%, seguido por Amapá, com a taxa em 8,8% e por fim, a Bahia, com a taxa de desemprego em 8,5%.

Por outro lado, as menores taxas de desocupação entre as Unidades Federativas, no 2º trimestre, podem ser observadas em Santa Catarina, com a taxa de

desocupação em 2,2%, logo após Rondônia, com 2,3% e o Mato Grosso com 2,8%. De maneira geral, os três estados também tiveram queda no nível de desemprego ao comparar com o mesmo período de 2024.

Figura 11 – Taxa de desocupação, segundo as Unidades da Federação, Brasil, terceiro trimestre de 2024 e de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

No 3º trimestre, verifica-se que Mato Grosso e Santa Catarina apresentaram uma taxa de desocupação de 2,3%. Em seguida, temos o estado do Espírito Santo com

o nível de desocupação em 2,6%. No estado do Paraná, no 1º trimestre de 2025, a taxa de desemprego foi de 4%, no 2º trimestre caiu para 3,8%, em 2024, estava em 4,4% nesse mesmo período e no 3º trimestre de 2025 chegou em 3,5% contra 4% no mesmo trimestre do ano anterior.

A composição da população desocupada e a taxa de desocupação sob perspectiva do sexo, idade, escolaridade e raça no Brasil para o segundo e terceiro trimestre de 2025 e em 2024, pode ser observada na Tabela 6.

Considerando o sexo, na composição dos desocupados no 2º trimestre de 2025, o sexo feminino continua sendo a maior parcela, mesmo apresentando uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior. O mesmo ocorre pelo nível da taxa de desemprego, que, apesar da queda quando comparado com o 2º trimestre de 2024, as mulheres, em comparação aos homens, têm a maior taxa de desemprego, em que se verifica que no 2º e 3º trimestres de 2025 é igual a 6,9%.

Tabela 6 – Composição da população desocupada e taxa de desocupação, segundo o sexo, idade, escolaridade e raça, Brasil, 2024-2025

VARIÁVEL	Composição				Taxa			
	2024		2025		2024		2025	
	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI	II TRI	III TRI
SEXO								
Homem	45,7	46,9	47,0	45,7	5,6	5,3	4,8	4,5
Mulher	54,3	53,1	53,0	54,3	8,5	7,7	6,9	6,9
IDADE								
14 até 17 anos	7,5	7,1	6,0	6,1	28,1	24,9	21,7	21,2
18 até 24 anos	29	29,1	28,7	29,7	14,2	13,3	12	12,3
25 até 39 anos	34,2	34,6	35,1	34,6	6,3	5,9	5,5	5,2
40 até 59 anos	25,9	25,4	27,0	25,6	4,6	4,1	3,9	3,6
60 anos ou mais	3,4	3,7	3,2	4,0	3,1	3,0	2,3	2,7
EDUCAÇÃO								
Sem instrução ou < 1 ano	1,6	1,8	1,0	1,4	5,5	5,7	3,3	4,9
Ensino Fund. incompleto	17,2	16,9	15,8	15,6	6,8	6,2	5,6	5,3
Ensino Fund. completo	8,3	8,7	7,3	7,4	8,2	8,0	6,4	6,3
Ensino Médio incompleto	11,9	12,3	11,1	12,0	11,6	10,9	9,4	9,7
Ensino Médio completo	42,4	41,4	44,8	43,8	7,8	7,0	6,8	6,4
Ensino Superior incompleto	6,6	7,2	6,7	6,7	7,1	7,2	5,9	5,8
Ensino Superior completo	12,0	11,5	13,4	13,0	3,6	3,2	3,2	3,0
COR OU RAÇA								
Branca	34,4	33,7	35,8	33,9	5,5	5,0	4,8	4,4
Preta	14,2	14,0	14,2	14,5	8,5	7,6	7,0	6,9
Parda	50,3	51,3	49,0	50,5	7,8	7,3	6,4	6,3
Demais	1,1	1,0	1,0	1,1	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

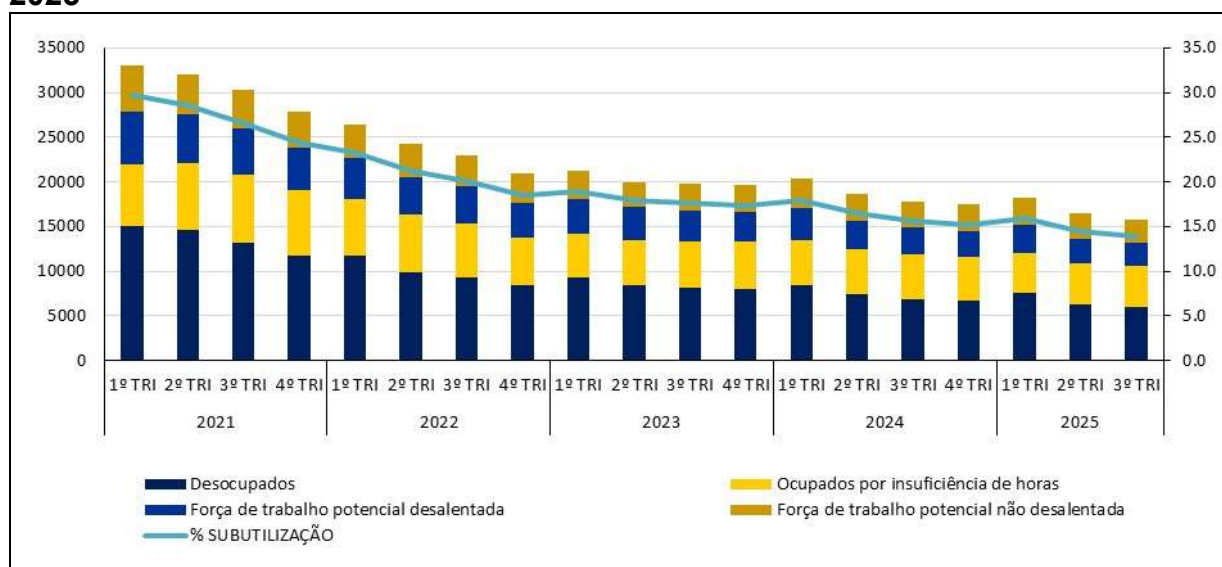
Considerando a variável idade, a população que tem a maior proporção entre os desocupados está na faixa etária de 25 até 39 anos, tanto no 2º trimestre quanto no 3º trimestre de 2024 e 2025. No entanto, a taxa de desemprego é maior entre as pessoas entre 14 até 17 anos. No 2º trimestre de 2025, este grupo apresentou um nível de

desemprego em 21,7%, uma queda para o mesmo período do ano passado e para o trimestre seguinte, fechou com 21,2%.

Por último, ao verificar a população de desocupados no Brasil há uma concentração majoritária de pessoas pardas, compondo cerca de 50% no 2º trimestre e 3º trimestre de 2024 e 2025. Contudo, ao analisar a taxa de desocupação, a população preta apresenta os maiores níveis de desemprego. No 2º trimestre de 2024 foi de 8,5% para 7% para o mesmo período em 2025 e 3º trimestre de 2024 de 7,6% para 6,9% em 2025. Desse modo, a tendência nacional, apesar de atingir todos os segmentos, ainda há predominância de desemprego para determinados grupos sociais da sociedade brasileira.

Na Figura 11, há dados sobre a subutilização da força de trabalho. A subutilização do trabalho é composta por três grupos específicos, sendo eles: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas; ii) os desocupados, e iii) a força de trabalho potencial, segundo IBGE (2021). Conforme a definição da OIT (1998) os indivíduos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são indivíduos que já estão inseridos no mercado de trabalho, mas querem ou estão disponíveis para oferecer mais horas de trabalho. Já a força de trabalho potencial é definida por dois subgrupos: os desalentados, que por algum motivo desistiram de procurar um emprego; e a força de trabalho potencial não desalentada, que apenas possuem interesse em adentrar no mercado de trabalho e no atual momento não estão nem ocupadas e nem desocupadas.

Figura 11 – Composição da Subutilização da Força de trabalho ampliada, 2021-2025



Fonte: elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

Em 2025, no 1º trimestre havia cerca de 7,5 milhões de brasileiros desocupados, no 2º trimestre foi para aproximadamente 6 milhões e este número permaneceu no 3º trimestre. Em relação aos desalentados, com cerca de 3 milhões no 1º trimestre de 2025, no 2º trimestre e 3º trimestre havia cerca de 2 milhões sob estas condições. Assim, somando com a força de trabalho não desalentada, a força de trabalho potencial finalizou o 3º trimestre de 2025 em 5,6 milhões de pessoas. Já a subutilização por insuficiência de horas trabalhadas, do 1º trimestre até o 3º trimestre permaneceu em torno de 4 milhões de pessoas.

A subutilização da força de trabalho ampliada, no 4º trimestre de 2024, finalizou em 15,2%, no 1º trimestre de 2025, iniciou-se em 15,9%, indo para 14,4% no 2º trimestre e apresentou no 3º trimestre um percentual de 13,9%. Portanto, a trajetória da subutilização se manteve com valores aproximados e uma queda gradual ao longo do ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das previsões não muito boas para a economia brasileira, o crescimento econômico tem sido acima do esperado, com efeitos positivos no mercado de trabalho nos primeiros três trimestres de 2025. Esse resultado tem contribuído para a melhoria da renda e bem-estar social no país.

No terceiro trimestre de 2025, a população ocupada atingiu o patamar de 102,4 milhões, com um rendimento médio de R\$ 3.406,00. A informalidade reduz, para uma taxa de 37,8%, indicando maior proteção social para os trabalhadores, embora ainda em patamares altos.

Esse comportamento positivo se refletiu na desocupação que apresentou queda, atingindo uma taxa de 5,6% no terceiro trimestre de 2025, o menor patamar para esse trimestre registrado pela PNADC. Por fim, o emprego formal registrou 48,9 milhões de vínculos de trabalho, em setembro de 2025, segundo dados da RAIS, também superando as expectativas.

Ademais, verificou redução dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, mas aumento entre aqueles nas primeiras e últimas faixas etárias, com mais e menos anos de estudos e entre os brancos e pretos.

REFERÊNCIAS

Agência IBGE. **Pib varia 0,1% no terceiro trimestre de 2025**. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45361-pib-varia-0-1-no-terceiro-trimestre-de-2025>. Acesso em: 12 fev. 2026.

Agência IBGE. **Desocupação cai para 5,1% em dezembro e 2025 tem melhores resultados da série histórica**. A 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45761-desocupacao-cai-para-5-1-em-dezembro-e-2025-tem-melhores-resultados-da-serie-historica>. Acesso em: 12 fev. 2026.

Brasil. **Desemprego atinge menor nível da série histórica e mercado de trabalho registra recordes em 2025**. Secom, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/01/desemprego-atinge-menor-nivel-da-serie-historica-e-mercado-de-trabalho-registra-recordes-em-2025>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CNA Brasil. **Agro bate recorde de empregos no 3º trimestre de 2025**. 2026. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/agro-bate-recorde-de-empregos-no-3o-trimestre-de-2025>. Acesso em: 12 fev. 2026.

Gomes, Darcilene Cléola Pinheiro. A pandemia covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 25-40, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3mfrk5ydnzn9hsmzh5bcfqd/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

Sen, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz s.a., v. 11, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Definitions and Metadata**. Disponível em: <https://weso-data.ilo.org/definitions-and-metadata/>. Acesso em: 15 nov. 2025